Notícias do dia 29 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 31

O POPULAR - ON LINE - GO - ECONOMIA
TCE - GO
Governo volta a discutir concessão de sete GOs . . . 6

JORNAL DAQUI ONLINE - GO - GERAL
TCE - GO
Governo volta a discutir concessão de sete GOs . . . 8

ÁGUA FRIA NOTÍCIAS - ÁGUA FRIA - BA - NOTÍCIAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública . . . 9

MONEY TIMES - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública . . . 10

ACONTECE NO RS - ACEGUÁ - RS - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública . . . 11

AGÊNCIA TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública . . . 12

BAHIA JORNAL - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública . . . 13

CLIC PORTELA - TENTENTE PORTELA - RS - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública . . . 14

OFICIAL NEWS - CUIABÁ - MT - NOTICIAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública . . . 15

SÃO BENTO EM FOCO - PB - NOTÍCIAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública . . . 16

XINGU 230 - ALTAMIRA - PA - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 17

CAMPO BELO EM FOCO - CAMPO BELO - MG - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 18

CLIQUE PIRIPIRI - PIRIPIRI - PI - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 19

NOVACANTU NOTÍCIAS - NOTÍCIA
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 20

PIRACURUCA NEWS - PIRACURUCA - PI - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 21

AGÊNCIA CÂMARA - POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 22

TANGARA EM FOCO - MT - NOTÍCIAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 23

MT AGORA - ÚLTIMAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 25

COLUNA SUPINANDO - MS - NOTÍCIAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 26

GAZETA DO DIA - MT - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

. 27

JORNAL A CIDADE - ONLINE - MS - NOTÍCIAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 28

LUCAS EM FOCO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 29

PORTO ESTRELA NEWS - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 30

RADAR MT - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 31

SIGA MT - MT - CÂMARA DOS DEPUTADOS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 32

SÍNTESE - DF - ADMINISTRATIVO / AMBIENTAL
TCE - GO
CFED - Câmara discute controle da evolução da dívida pública 33

MONEY TIMES - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Câmara discute controle da evolução da dívida pública 34

AMAZÔNIA PRESS - NOTÍCIAS
TCE - GO
Câmara discute controle da evolução da dívida pública 35

LAPADA LAPADA - CUIABÁ - MT - DIRETO DE BRASÍLIA
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 36

MOMENTO MT - CUIABÁ - MT - POLÍTICA NACIONAL
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública
. 37

REPÓRTER MACEIÓ - AL - NOTÍCIAS
TCE - GO
Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

. 38

Governo volta a discutir concessão de sete GOs

Katherine Alexandria

Acordo de cooperação técnica com BNDES cita desestatização de 1,14 mil quilômetros; Goinfra nega retomada e diz que são 'apenas estudos'

29/06/2021 - 20:12

O governo do Estado de **Goiás** assinou neste mês um Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estudos sobre a desestatização de 1,14 mil quilômetros de sete rodovias estaduais. A extensão agora analisada é, inclusive, maior do que a proposta inicial, feita no governo de Marconi Perillo (PSDB) para essas mesmas GOs.

Até 2018, a proposta era conceder 896 quilômetros para empresa ou consórcio que oferecesse a menor tarifa de pedágio e o maior valor de outorga. No governo de Ronaldo Caiado (DEM), o leilão não foi realizado e a intenção como foi desenhada, paralisada. Em nota, a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) informou à reportagem que "não há de se falar em projeto de retomada de concessão", o contrato firmado seria "apenas para realização de estudos e de uma consultoria preliminar".

O objetivo, segundo a pasta, seria "municiar a gestão de todos os elementos necessários à tomada de decisões sobre o tema". Já o BNDES pontuou, também por nota encaminhada pela assessoria de imprensa, que o contrato para modelagem do projeto de concessão inclui trechos a serem estudados e que atendem à demanda apresentada pelo Estado ao banco. Esses trechos rodoviários serão alvo de avaliações detalhadas.

Isso deve ocorrer ao longo da etapa de modelagem. "Os estudos serão iniciados em julho de 2021 e a expectativa de conclusão é até o terceiro trimestre de 2022", informa a nota. Pelo site com hub de projetos do órgão, há no cronograma previsão de leilão para o primeiro trimestre de 2023. Depois de definir os parâmetros desse modelo de concessão a ser proposto, que pode ser diferente do governo anterior, ele "passará pela etapa de consulta pública, quando será aberto para contribuições de toda a sociedade".

O governo estadual descreve a fase atual como embrionária e diz não ser possível estimar se serão feitas concessões, quais valores de arrecadação esperados ou a quantidade de praças de pedágio. Na proposta anterior, no edital que chegou a ser divulgado, o projetado eram 15 praças de pedágio, contrato de 35 anos com valor previsto em R$ 2,9 bilhões.

Mas o diretor de Infraestrutura, Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) do BNDES, Fábio Abrahão, diz que para as GOs 010, 020, 060, 070, 080, 139 e 330 - que estão em estudo agora com eles - a concessão possa somar aproximadamente R$ 140 bilhões em investimentos estimados. A entrada do projeto foi comemorada por tornar mais robusta a carteira de desestatizações da instituição.

A iniciativa que já gerou críticas ao governo anteriormente tem como objetivo descrito viabilizar exatamente investimentos necessários para a revitalização das vias estaduais, que são estratégicas. A descrição é de que um melhor aproveitamento das vias traga reflexos positivos para a segurança dos usuários e para o desenvolvimento econômico da região. Nesse ponto, a principal preocupação é com escoamento de produtos agropecuários, os grãos como soja e milho.

"O processo tem o potencial de auxiliar o Estado a reforçar sua estrutura regulatória no setor rodoviário, gerar outras oportunidades de estruturação de projetos em diversos setores com consequentes benefícios econômicos e fiscais para o Estado", afirma Fábio Abrahão. O Banco vai contratar consultores para conduzir os estudos e dar apoio em audiências públicas, na etapa de análise por parte do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e até o leilão.

É esperado que durante os estudos sejam identificadas e avaliadas alternativas para a viabilidade da oferta à iniciativa privada. São considerados as condições das estradas e o fluxo. Há lei estadual que autoriza a oferta desde 2018, mas lista condições. Entre elas, as praças de pedágio deverão ser instaladas em distância não inferior a 30 quilômetros a partir da divisa de **Goiânia** com os demais municípios.

Site:
https://www.opopular.com.br/noticias/economia/governo

-volta-a-discutir-concess%C3%A3o-de-sete-gos-1.2276361

Governo volta a discutir concessão de sete GOs

O governo do Estado de **Goiás** assinou neste mês um Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estudos sobre a desestatização de 1,14 mil quilômetros de sete rodovias estaduais.

A extensão agora analisada é, inclusive, maior do que a proposta inicial, feita no governo de Marconi Perillo (PSDB) para essas mesmas GOs.

Até 2018, a proposta era conceder 896 quilômetros para empresa ou consórcio que oferecesse a menor tarifa de pedágio e o maior valor de outorga. No governo de Ronaldo Caiado (DEM), o leilão não foi realizado e a intenção como foi desenhada, paralisada.

Em nota, a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) informou à reportagem que "não há de se falar em projeto de retomada de concessão", o contrato firmado seria "apenas para realização de estudos e de uma consultoria preliminar".

O objetivo, segundo a pasta, seria "municiar a gestão de todos os elementos necessários à tomada de decisões sobre o tema". Já o BNDES pontuou, também por nota encaminhada pela assessoria de imprensa, que o contrato para modelagem do projeto de concessão inclui trechos a serem estudados e que atendem à demanda apresentada pelo Estado ao banco. Esses trechos rodoviários serão alvo de avaliações detalhadas.

Isso deve ocorrer ao longo da etapa de modelagem. "Os estudos serão iniciados em julho de 2021 e a expectativa de conclusão é até o terceiro trimestre de 2022", informa a nota.

Pelo site com hub de projetos do órgão, há no cronograma previsão de leilão para o primeiro trimestre de 2023. Depois de definir os parâmetros desse modelo de concessão a ser proposto, que pode ser diferente do governo anterior, ele "passará pela etapa de consulta pública, quando será aberto para contribuições de toda a sociedade".

O governo estadual descreve a fase atual como embrionária e diz não ser possível estimar se serão feitas concessões, quais valores de arrecadação esperados ou a quantidade de praças de pedágio.

Na proposta anterior, no edital que chegou a ser divulgado, o projetado eram 15 praças de pedágio, contrato de 35 anos com valor previsto em R$ 2,9 bilhões.

Mas o diretor de Infraestrutura, Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) do BNDES, Fábio Abrahão, diz que para as GOs 010, 020, 060, 070, 080, 139 e 330 - que estão em estudo agora com eles - a concessão possa somar aproximadamente R$ 140 bilhões em investimentos estimados. A entrada do projeto foi comemorada por tornar mais robusta a carteira de desestatizações da instituição.

A iniciativa que já gerou críticas ao governo anteriormente tem como objetivo descrito viabilizar exatamente investimentos necessários para a revitalização das vias estaduais, que são estratégicas. A descrição é de que um melhor aproveitamento das vias traga reflexos positivos para a segurança dos usuários e para o desenvolvimento econômico da região. Nesse ponto, a principal preocupação é com escoamento de produtos agropecuários, os grãos como soja e milho.

"O processo tem o potencial de auxiliar o Estado a reforçar sua estrutura regulatória no setor rodoviário, gerar outras oportunidades de estruturação de projetos em diversos setores com consequentes benefícios econômicos e fiscais para o Estado", afirma Fábio Abrahão. O Banco vai contratar consultores para conduzir os estudos e dar apoio em audiências públicas, na etapa de análise por parte do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e até o leilão.

É esperado que durante os estudos sejam identificadas e avaliadas alternativas para a viabilidade da oferta à iniciativa privada. São considerados as condições das estradas e o fluxo. Há lei estadual que autoriza a oferta desde 2018, mas lista condições. Entre elas, as praças de pedágio deverão ser instaladas em distância não inferior a 30 quilômetros a partir da divisa de **Goiânia** com os demais municípios.

Site:
http://daqui.opopular.com.br//editorias/geral/governo-volta-a-discutir-concess%C3%A3o-de-sete-gos-1.2276445

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redação

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.aguafrianoticias.com.br/noticia/8916/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados , que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz. Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site: https://www.moneytimes.com.br/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica/

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redação Acontece no RS

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.acontecenors.com.br/noticia/20866/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz. Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/24569/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Bahia Jornal

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.bahiajornal.com.br/noticia/20346/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Radar Nacional

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.clicportela.com.br/noticia/19163/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redação.

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.oficialnews.com.br/noticia/10336/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: São Bento em Foco

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.saobentoemfoco.com.br/noticia/34436/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redação Xingu230

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.xingu230.com/noticia/12970/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Hudson Barbosa

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.campobeloemfoco.com.br/noticia/15146/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redação

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://cliquepiripiri.com.br/noticia/5950/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redação

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://novocantu.com.br/noticia/98446/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redacao

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.piracurucanews.com/noticia/15871/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz. Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Reportagem - Janary Júnior

Edição - Geórgia Moraes

Site: https://www.camara.leg.br/noticias/779199-representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica/

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Da Redação

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Reportagem - Janary Júnior

Edição - Geórgia Moraes

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal

indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz. Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Reportagem - Janary Júnior

Edição - Geórgia Moraes

Site:
https://tangaraemfoco.com.br/2021/06/29/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica.html

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Fonte:Agência Câmara de Notícias

29 de Junho de 2021 as 16h 30min

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz. Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site: http://www.mtagora.com.br/politica/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica/362751992

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redação

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.colunasupinando.com.br/noticia/18950/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redação

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.gazetadodia.com.br/noticia/15987/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Zadir de Souza

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.jornalacidadepp.com.br/noticia/24243/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: FABIO CESAR

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.lucasemfoco.com.br/noticia/23361/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redator

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://portoestrelanews.com.br/noticia/10050/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: Redação

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.radarmt.com/noticia/20618/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Por: SIGAMT

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site:
https://www.sigamt.com.br/noticia/13062/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica

CFED - Câmara discute controle da evolução da dívida pública

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados promove nesta terça-feira (29) mais um debate da série sobre a dívida pública brasileira. Desta vez, o tema é o controle da evolução da dívida. Os palestrantes convidados são o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Rodrigues Albernaz, e o ouvidor do **Tribunal de Contas de Goiás**, Celmar Rech.

A reunião acontece às 10 horas. Os interessados poderão acompanhar o debate pelo portal e-Democracia, inclusive enviando perguntas, críticas e sugestões.

O estudo relatado pelos deputados Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) e Denis Bezerra (PSB-CE) vai atualizar os dados apresentados por estudo semelhante realizado pelo Cedes em 2005.

Fonte: Câmara dos Deputados Federais

Site:
http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=477511

Câmara discute controle da evolução da dívida pública

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados promove nesta terça-feira (29) mais um debate da série sobre a dívida pública brasileira.

Desta vez, o tema é o controle da evolução da dívida. Os palestrantes convidados são o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) , Leonardo Rodrigues Albernaz, e o ouvidor do **Tribunal de Contas de Goiás**, Celmar Rech.

A reunião acontece às 10 horas. Os interessados poderão acompanhar o debate pelo portal e-Democracia , inclusive enviando perguntas, críticas e sugestões.

O estudo relatado pelos deputados Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) e Denis Bezerra (PSB-CE) vai atualizar os dados apresentados por estudo semelhante realizado pelo Cedes em 2005.

Site: https://www.moneytimes.com.br/camara-discute-controle-da-evolucao-da-divida-publica/

Câmara discute controle da evolução da dívida pública

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados promove nesta terça-feira (29) mais um debate da série sobre a dívida pública brasileira. Desta vez, o tema é o controle da evolução da dívida. Os palestrantes convidados são o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Rodrigues Albernaz, e o ouvidor do **Tribunal de Contas de Goiás**, Celmar Rech.

O estudo relatado pelos deputados Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) e Denis Bezerra (PSB-CE) vai atualizar os dados apresentados por estudo semelhante realizado pelo Cedes em 2005.

Com informações Câmara dos Deputados. Foto: Divulgação Assessoria de imprensa

Site: https://amazoniapress.com.br/camara-discute-controle-da-evolucao-da-divida-publica/

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Da Redação

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz.

Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Reportagem - Janary Júnior

Edição - Geórgia Moraes

Site:
https://lapadalapada.com.br/2021/06/29/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica.html

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz. Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Reportagem - Janary Júnior

Edição - Geórgia Moraes

Site: https://momentomt.com.br/politica-nacional/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica/

Representantes de tribunais de contas fazem propostas para melhorar controle da dívida pública

Félix Mendonça:

Representantes de tribunais de contas sugeriram hoje medidas para melhorar o controle da evolução da dívida pública brasileira. Eles participaram de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, que vem debatendo o assunto.

Entre as medidas propostas estão a melhoria das regras fiscais, a criação do conselho de gestão fiscal e a aprovação de lei tratando de limites e da sustentabilidade da dívida. Estes dois últimos pontos estão previstos na legislação, mas ainda não foram colocados em prática.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador de endividamento do estado brasileiro, vem crescendo desde 2014 e atingiu, em março, 89,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, esse indicador equivalia a 51,5% do PIB.

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) , que junto com o deputado Denis Bezerra (PSB-CE) coordena o relatório do Cedes que vai atualizar os dados da dívida pública brasileira .

Leonardo Albernaz: conjunto das nossas instituições foi incapaz de impedir evolução da dívida pública

"A gente não chega numa situação de finanças tão difíceis porque um governo sozinho errou. A grande reflexão que a gente precisa fazer é como o conjunto das nossas instituições não foi capaz de impedir que as coisas evoluíssem como evoluíram", disse o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Albernaz.

O TCU iniciou no ano passado um trabalho sistemático de acompanhamento da gestão da dívida pública. Entre os problemas encontrados pelos técnicos do tribunal estão as regras fiscais, como ausência de harmonia entre as diversas regras e o reiterado descumprimento por parte dos entes públicos.

"O mínimo que a gente precisaria assegurar é garantir que, sejam quais forem as regras, boas ou ruins, uma vez que elas existam devem ser cumpridas. Infelizmente, isso não tem acontecido", disse Albernaz. Outro problema detectado é a adoção de políticas que impactam a dívida pública, mas não entram no Orçamento da União, nem como receita e nem como despesa.

Sobre esse último ponto, ele deu como exemplo as operações do Tesouro Nacional que colocaram cerca de R$ 500 bilhões no BNDES entre 2008 e 2015, com o objetivo de ampliar a carteira de empréstimos do banco. A operação apresentou um subsídio embutido de cerca de R$ 147 bilhões. Esses valores só foram conhecidos em 2016, quando a corte avaliou a política.

O ouvidor do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) Celmar Rech defendeu a criação do conselho de gestão fiscal. Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal , esse colegiado, formado por representantes de todos os poderes e esferas do governo, deve acompanhar e avaliar a gestão fiscal brasileira. "A contribuição que o Congresso poderia dar nesse processo é instituir o nosso conselho de gestão fiscal", disse Rech.

A proposta de criação do conselho foi bem recebida pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) . "Precisamos preparar um conjunto de leis e procedimentos que possam ajudar o Brasil no futuro".

Site: http://www.reportermaceio.com.br/representantes-de-tribunais-de-contas-fazem-propostas-para-melhorar-controle-da-divida-publica/